

1.1. A forma de escolha de agência de propaganda para o desenvolvimento das ações de publicidade será feita de acordo com a metodologia adotada neste procedimento e em sintonia com os princípios da economicidade, da eficiência, da razoabilidade, da isonomia e a proporcionalidade.

1.2. De acordo com as necessidades de comunicação estabelecidas na demanda, a seleção interna terá propostas de soluções publicitárias tais como: Planejamento de Publicidade, Linha Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia como objeto de avaliação.

1.3. A(s) agência(s) de propaganda será(ão) escolhida(s) por meio de seleção interna.

1.4. A seleção interna levará em consideração o valor total previsto para o desenvolvimento da ação de publicidade.

1.5. As seleções internas serão classificadas em três níveis, conforme definidos a seguir:

a) Seleção Interna de Nível 1: é o procedimento de escolha de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado em até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) Seleção Interna de Nível 2: é o procedimento de escolha de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

c) Seleção Interna de Nível 3: é o procedimento de seleção de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

1.5.1. Seleção Interna de Nível 1: escolha direta.

1.5.1.1. A escolha de agência por Seleção Interna de Nível 1, será realizada diretamente pelo Coordenador-Geral de Comunicação Social, diante de um dos seguintes casos:

a) que a agência tenha melhores condições e disponibilidade para entrega dos serviços demandados dentro do cronograma pretendido para desenvolver a ação; ou

b) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídia), desenvolvida anteriormente pela agência, no âmbito do contrato vigente.

1.5.1.2. As agências serão demandadas diretamente, no caso de Seleção Nível 1, por comunicação formal do Coordenador-Geral de Comunicação Social, que consignará nos autos o(s) critério(s) em que se apoiou para sua decisão.

1.5.1.3. Para a Seleção Interna Nível 1, nos casos em que se entenda a necessidade de mais opções de propostas criativas e/ou de estratégia de mídia, ainda que em ações de custos menos elevados, o Coordenador-Geral de Comunicação Social poderá propor que haja concorrência de propostas entre as agências, que seguirá o mesmo rito da seleção interna nível 2 - procedimento simplificado.

1.5.2. Seleção Interna de Nível 2: procedimento simplificado.

1.5.2.1. Será elaborado um briefing de comunicação, conforme modelo atualizado disponível no Sistema Eletrônico de Informação-SEI, pela unidade demandante e/ou Assessoria Especial de Comunicação Social, que conterá todos os subsídios para que as agências possam elaborar suas propostas de solução publicitária para as necessidades de comunicação, em igualdade de condições.

1.5.2.2. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social enviará o briefing de comunicação e solicitará às agências que apresentem, em data determinada, proposta de solução para a necessidade de comunicação formal na demanda.

1.5.2.3. As propostas apresentadas serão analisadas pelo Coordenador-Geral de Comunicação Social e submetidas ao Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social e ao dirigente máximo da unidade solicitante do serviço, que indicarão a proposta considerada mais adequada para atendimento da necessidade de comunicação, fundamentando a escolha, conforme os mesmos critérios descritos no item 1.5.3.6 deste manual.

1.5.2.4. Caso as propostas sejam consideradas não-adequadas, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social estabelecerá prazo para apresentação de novas propostas ou reformulação.

1.5.2.5. Considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar a execução e os resultados das ações de publicidade, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá sugerir que a proposta vencedora seja executada de forma integrada e compartilhada entre as agências, com anuência prévia das mesmas.

1.5.2.6. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá dispensar o procedimento de Seleção Interna de Nível 2, diante de um dos seguintes casos:

a) que a ação publicitária seja proposta por iniciativa de uma das agências, mediante documento escrito, de caráter não vinculativo, cuja viabilidade de execução, conveniência e possibilidade de efetividade tenham sido avaliadas e aprovadas pela Coordenador-Geral de Comunicação Social;

b) que a ação publicitária com linha criativa seja proposta por iniciativa de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal ou de terceiros, mediante doação dos direitos de autor sobre a criação e direitos conexos, conforme o caso; ou

c) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada à ação de publicidade (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídia) aprovada anteriormente em processo de Seleção Interna de Nível 2, mesmo que a ação não tenha sido desenvolvida.

1.5.2.7. As agências tomarão conhecimento do resultado da Seleção Nível 2 por comunicação formal do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

1.5.3. Seleção Interna de Nível 3: avaliação por comissão previamente instituída.

1.5.3.1. Será elaborado um briefing de comunicação, conforme modelo atualizado disponível no Sistema Eletrônico de Informação-SEI, pela unidade demandante, que conterá todos os subsídios para que as agências possam elaborar suas propostas de solução publicitária para as necessidades de comunicação, em igualdade de condições.

1.5.3.2. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social deverá fornecer cópias do briefing de comunicação às agências, em reunião previamente convocada para aprofundamento das questões técnicas de conteúdo, de mídia e de outras afetas à concepção e formulação das propostas, bem como definição da dinâmica de apresentação, tais como: data, participantes, quantidade de propostas por agência, formatos, tempo, ordem de apresentação, os documentos e/ou dados complementares que deverão ser apresentados para subsidiar a avaliação das propostas, entre outros.

1.5.3.3. A reunião de que trata o item 1.5.3.2. deve ser convocada pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social com antecedência mínima de três dias úteis da data marcada para a apresentação das propostas.

1.5.3.4. As propostas de solução criativa e/ou de mídia apresentadas pelas agências, acompanhadas de defesa oral, na data marcada serão juntadas aos autos pela Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS, juntamente com a lista de presença e a memória da reunião.

1.5.3.5. A análise técnica das propostas das agências, apresentadas de forma conjunta ou isolada, será feita por uma Comissão de Avaliação, constituída especificamente para este fim.

i. Os membros da Comissão de Avaliação serão selecionados e indicados pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social a cada Seleção Interna de Nível 3.

ii. A indicação dos membros da Comissão de Avaliação deverá constar em documento formal assinado pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social nos autos do processo no SEI.

iii. É recomendável que conste na Comissão de Avaliação representantes da unidade demandante e de servidores com qualificação técnica adequada à matéria a ser avaliada, de acordo com a especificidade da demanda.

1.5.3.6. A Comissão de Avaliação analisará as propostas com base nos atributos descritos a seguir, conforme as especificidades de cada briefing de comunicação:

a) Linha Criativa: ideia e tradução no conteúdo das peças aderente ao briefing de comunicação;

b) Planejamento de publicidade: materialização da linha criativa nos diversos formatos (banners, filme, mobiliário urbano etc.); adequação da linguagem aos públicos e meios títulos textos, slogans, hashtags;

c) Planejamento de mídia e não mídia: verificação se a estratégia proposta está adequada aos objetivos da ação.

1.5.3.7. Os trabalhos de apresentação serão coordenados pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

1.5.3.8. A análise da Comissão de Avaliação será formalizada por meio de Formulário de Avaliação, assinado por seus membros, e juntada ao processo no SEI.

1.5.3.9. Caso as propostas sejam consideradas não-adequadas pela Comissão de Avaliação, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social solicitará às agências que apresentem nova proposta.

1.5.3.10. Considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar os resultados das ações de publicidade, a Comissão de Avaliação poderá sugerir que as propostas apresentadas pelas agências sejam integradas e que a execução das mesmas seja compartilhada, com vistas a otimizar a sua execução.

1.5.3.11. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou esclarecimentos aos representantes das agências.

1.5.3.12. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá dispensar o procedimento de Seleção Nível 3, diante de um dos seguintes casos:

a) que a ação publicitária seja proposta por iniciativa de uma das agências, ou pelas agências contratadas em ação conjunta, mediante documento escrito, de caráter não vinculativo, cuja viabilidade de execução, conveniência e possibilidade de efetividade tenham sido avaliadas e aprovadas pela Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS.

b) que a ação publicitária com linha criativa seja proposta por iniciativa de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal, mediante doação dos direitos de autor sobre a criação e direitos conexos, conforme o caso; ou

c) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada à ação de publicidade (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídias aprovada anteriormente em processo de Seleção Interna de Nível 3, mesmo que a ação não tenha sido desenvolvida.

1.5.3.13. Dada a dispensa do procedimento de seleção, e se conveniente e oportuno, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá decidir ainda pela proposição e execução compartilhada entre agência(s), considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar os resultados das ações de publicidade.

1.5.3.14. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social deverá, em despacho, indicar o(s) motivo(s) da dispensa e/ou a justificativa de escolha da agência.

1.5.4. Serão juntados aos autos todos os documentos previstos neste procedimento de seleção.

1.5.5. A critério do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá ser realizada seleção antecipada, que consiste na realização do procedimento relativo à Seleção Interna Nível 3, com vistas à obtenção de propostas para ações de publicidade que ainda não possuem decisão administrativa para seu desenvolvimento.

1.5.6. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá sugerir que as propostas apresentadas pelas agências nas Seleções Internas de Nível 1, 2 ou 3 sejam integradas, para aperfeiçoar a ação de publicidade, ou compartilhadas, com vistas a otimizar a sua execução.

1.5.7. Técnicos e especialistas do Ministério da Cidadania e de outros órgãos, públicos ou privados, poderão participar da apresentação das propostas.

1.5.8. As agências tomarão conhecimento do resultado da Seleção Nível 3 por comunicação formal do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2022

Às nove horas e quinze minutos (09h15) do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois (21/09/2022) o Ministro de Estado da Cidadania e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE, Sr. Ronaldo Vieira Bento, deu início à 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, ocorrida de forma híbrida, com participação parcial de membros mediante o aplicativo Microsoft Teams, bem como outra parte deles de forma presencial, na sala 737 do Edifício Bloco A da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério da Cidadania. O Ministro fez a saudação inicial e agradeceu a presença dos conselheiros. Além do senhor Ministro, participaram da reunião os seguintes conselheiros: a Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Cidadania, Sra. Cinara Wagner Fredo; o Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães; o Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves; o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Fries; a Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sra. Fabiela Pulga Molina; o Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Ronaldo Lima dos Santos; o Secretário Nacional de Paradesporto, Sr. José Agtonio Guedes Dantas; a Secretária da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho; a Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, Sra. Michelle Moyses Melul Vinecky; o Representante do Comitê Olímpico do Brasil, Sr. Rogério Sampaio Cardoso; o Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro, Sr. Nelson de Almeida Prado Hervey; o Representante do Comitê Brasileiro de Clubes, Sr. Arialdo Boscolo; os Representantes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, Sr. Alim Rachid Maluf Neto e Sr. Luciano Atayde Costa Cabral; o Representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, Sr. Antônio Hora Filho; o Representante da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Nonato Macedo de Lima; a Representante titular e o suplente da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, Sra. Diana Sazano de Souza Kyodes e o Sr. Rodrigo Rocha Malta; o Representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto, Sr. Humberto Aparecido Panzetti; a Representante Titular e o Suplente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, Sra. Mariana Dantas Mendonça Gols e o Sr. José Edmar Santiago Melo Júnior; o Representante Titular do Conselho Federal de Educação Física, Sr. Jorge Steinhilber. Apresentados os membros, o Ministro saudou a todos os presentes e agradeceu o apoio da Consultoria Jurídica conjuntamente com a Secretária Executiva, por estar realizando um trabalho anônimo e robusto, responsáveis pelos avanços na pauta do esporte nos últimos anos, asseverando que a matéria do Esporte no Ministério da Cidadania fica marcada pelas entregas; informou que o Ministério entregou obras que estavam paradas há anos. Mencionou a entrega das pautas em relação às leis, como a Lei Geral do Esporte; a regulamentação dos profissionais e conselhos de educação física; o Plano Nacional do Desporto - PND, este estava há mais de 20 (vinte) anos parado; a nova Lei de Incentivo ao Esporte, que tanto ajuda na implementação das políticas do esporte, tanto de base como nas modalidades olímpicas e paralímpicas, sendo possível graças ao desempenho do trabalho realizado na Secretária Especial do Esporte. Ponderou que através dessa parceria traz governança e transparência, demonstrando que o foco na gestão está trazendo credibilidade ao processo de apresentação de projetos. Destacou que a passagem do esporte pelo Ministério da Cidadania deixará seu legado na história do esporte brasileiro. Agradeceu o brilhante trabalho do Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães, e de seus Secretários, bem como sua equipe, pelas entregas das matérias relacionadas ao esporte e por toda parceria no decorrer do desenvolvimento do esporte no Brasil. Ressaltou que mais de 90% dos apontamentos do Tribunal de Contas da União - TCU para o Ministério da Cidadania são oriundos da área do esporte, demonstrando o tamanho do passivo que herdou em sua gestão. Agradeceu o Chefe de Gabinete da Secretária do Especial do Esporte, Sr. Diego Ferreira Tonietti, pelas entregas dos apontamentos do TCU. Finalizando a saudação, o Ministro ressaltou que o propósito da sua gestão será de entrega, com transparência, objetivando deixar um legado. Se colocou à disposição dos membros do CNE, ressaltando seu comprometimento com a pauta do esporte. Na sequência, declarou aberta a reunião e passou a palavra para o Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães (Presidente Substituto deste Conselho), que cumprimento a todos, brevemente, e parabenizou a Sra. Michelle Vinecky pelo trabalho frente à Lei de Incentivo, mencionando os 3.042 (três mil e quarenta e dois) projetos, garantindo que foi um marco na história da lei do incentivo, explanando que o mercado privado vem acreditando nessa ferramenta tão importante para o esporte. Ato contínuo, salientou que os números são



esplendidos e extraordinários na história do esporte. Após, agradeceu também o Ex-secretário Nacional de Alto Rendimento, Sr. Bruno Bezerra de Menezes Souza, que precisou sair devido à problemas particulares de familiares. Asseverou, brevemente, sobre o atual Secretário Nacional de Alto Rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes, que viveu no mercado, funções ligadas ao esporte de alto rendimento. Saudou aos demais Secretários e presentes, ratificando as palavras do Ministro, se colocando à disposição dos membros do CNE. Agradeceu ao Sr. Alim Maluf pelo trabalho realizado no Jub's; o maior de todos os tempos com 8 mil participantes, ponderando que é uma plataforma educacional e que desde o início de sua gestão foi prioridade, o foco da gestão, dar um apoio maior à base, mencionando que sem uma base forte não se consegue um esporte olímpico forte. Após, passou a palavra ao Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves para conduzir a pauta da reunião. A Secretária-Executiva Adjunta, Sra. Cinara Wagner Fredo, pediu a palavra, brevemente saudou todos os presentes, e demonstrando que o time do esporte é, acima de tudo, um parceiro que está sempre presente. Ressaltou sobre a questão orçamentária e o esforço da Secretária do Esporte para arrecadar verba, bem como mencionou as entregas, destacando que muito foi feito. Ponderou que tem aprendido bastante com cada um dos presentes, questões como: disciplina, resiliência e objetividade. Ato contínuo, fez algumas considerações quanto aos órgãos de controle, pontuando que o Ministério da Cidadania recebeu uma demanda imensa, e através de assertividade e muita disciplina, atendeu um a um. Ressaltou a disponibilidade imediata do Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Magalhães, demonstrando sempre proatividade para resolver as questões, manifestando que deixará um legado significativo para o esporte. Após, o Sr. André Barbosa Alves agradeceu a disposição da Sra. Cinara Wagner Fredo, e pontuou que a considera um par dentro da Secretária Especial do Esporte. Agradeceu a todos os Secretários do Esporte pelo trabalho desenvolvido, desejou boa sorte ao Secretário Nacional de Esporte de Alto rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes, bem como agradeceu ao Sr. Bruno Bezerra de Menezes Souza pelos 2 (dois) anos desenvolvidos frente à Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento; mencionou que pretende realizar a 55ª Reunião Ordinária do CNE em dezembro. Iniciou com o item 1 da pauta (Definição do suplente do Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD, devido à renúncia da Dra. Patrícia Reali da Silva) passando a palavra à Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho, que cumprimentou a todos brevemente e fez a apresentação dos currículos indicados (Leticia Pinto do Rêgo Barros, Bruna Simões e Juliana Dias Penna da Silva). Foi apresentado e sugerido o currículo da Dra. Leticia Pinto do Rêgo Barros, que possui carreira esportiva longa e idônea. Assim, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação para a vaga de suplente de Auditor do TJD-AD e questionou se todos estavam de acordo com a indicação da Dra. Leticia Pinto do Rêgo Barros e, sem óbices, a indicação foi aprovada por unanimidade. Após, passou-se ao item 2 da pauta (Recondução dos Procuradores da Justiça Desportiva Antidopagem, Dr. João Guilherme Guimarães Gonçalves e Dra. Julia Gelli Costa). Iniciou-se votação e as reconduções foram aprovadas por unanimidade. No item 3 da pauta (definição dos novos auditores para as vagas abertas com término do mandato da Dra. Tatiana Mesquita Nunes e do Dr. Eduardo Henrique de Rose) o Sr. André Barbosa Alves passou a palavra à Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho, que apresentou os currículos do Dr. Ivan Pacheco (médico) e da Dra. Cristiane Cardoso Avolio Gomes (advogada da união) e, após, iniciou-se votação referente às duas vagas, sendo que os candidatos foram aprovados por unanimidade. No item 4 da pauta (escolha do novo membro da Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte) a Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte - SENIFE, Sra. Michelle Moyses Melul Vinyeck, indicou o Sr. Marcos Magalhães para ocupar a vaga decorrente à renúncia do membro Juraci Moreira. O Sr. André Barbosa Alves deu início à votação e questionou se todos estavam de acordo com a aprovação da indicação do Sr. Marcos Magalhães. Solicitada a palavra, o Sr. Humberto Aparecido Panzetti parabenizou a gestão do Secretário Marcelo Magalhães e o excelente trabalho da Secretária da SENIFE, Sra. Michelle Moyses Melul Vinyeck, acrescentando que a lei de incentivo, sem sombra de dúvida, é o processo mais democrático de transferência de recurso e que atende todas as manifestações e todos os seguimentos. Ademais, o Sr. Luciano Atayde Costa Cabral registrou sua satisfação ao ver que a SENIFE zerou a fila de projetos e bateu recorde. Demonstrando alinhamento com os feitos no Ministério da Cidadania, especialmente na Secretaria Especial do Esporte, que tem se preocupado em colocar todos processos em andamento com celeridade, lisura e transparência; parabenizou a SENIFE e a Secretária Especial do Esporte mencionando, ainda, a fala do Ministro quando relatou que "ninguém no Ministério/Secretaria pretende se perpetuar na gestão". Contudo destacou que, de fato, já se perpetuaram na história do esporte brasileiro, com a brilhante gestão que o Ministério da Cidadania e a Secretária Especial do Esporte estão fazendo. Após, passou-se ao Sr. Arialdo Boscolo que parabenizou o Sr. Luciano Atayde Costa Cabral, quanto ao vídeo de abertura do Jub's, inclusive a citação também dos co-formadores, salientou que é de suma importância ver esse trabalho conjunto de base estudantil, escolar e universitário junto aos clubes, demonstrando uma plataforma em função do esporte. Feitas as observações, retomou-se a votação e, por unanimidade, foi aprovado o Sr. Marcos Magalhães como membro da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte. No item 5 da pauta (apresentação do relatório de aplicação de recursos CBDU 2021). Com a palavra, a Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sra. Fabíola Pulga Molina, saudou a todos os presentes e apresentou o relatório da CBDU, iniciando com a prestação de contas da CBDU, referente ao ano de 2021. Iniciou-se votação sendo o relatório aprovado por unanimidade. Após, a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou o item 6 da pauta (apresentação do relatório de aplicação de recursos da CBDE 2021). Iniciou-se votação sendo o relatório aprovado por unanimidade. Após, seguiu ao item 7 da pauta (aprovação da diretriz do projeto Delas) a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou as diretrizes do projeto, referente a núcleos de lutas para oportunizar o acesso à prática de lutas e artes marciais, exclusivo para mulheres, de modo a possibilitar o sentimento de autoproteção e autodefesa, bem como debater temas relativos à violência contra a mulher em todas as suas formas de manifestação. Após, resumir o projeto, iniciou-se votação sendo o aprovado por unanimidade. Após, passou-se à apresentação referente ao item 8 da pauta (aprovação da diretriz do projeto "Brincando com esporte") que pretende oportunizar crianças e adolescentes, nos dois períodos anuais de férias escolares, opções de esporte e lazer que preencham o tempo livre por meio da oferta de atividades lúdicas, esportivas e recreativas. Após resumir o projeto, iniciou-se votação sendo o aprovado por unanimidade. O Sr. Nelson de Almeida Prado Hervey pediu a palavra e parabenizou a Secretária da SNELIS pela iniciativa, pelos programas e pela clareza do público-alvo, asseverando que é muito importante crianças com deficiência estarem incluídas nas atividades; sugeriu incluir no item 6.3 das diretrizes do "Brincando com Esporte" algumas modalidades paralímpicas. Tanto o Sr. André Barbosa Alves quanto a Sra. Fabíola Pulga Molina concordaram e acharam válida a sugestão. O Sr. Humberto Aparecido Panzetti fez um questionamento sobre o projeto "Delas", referente a escolha das artes marciais, e se o instrutor deve ser formado em educação física, tendo a Sra. Fabíola Pulga Molina respondido que deverá ser profissional de educação física experiente em lutas, esclarecendo que o profissional pode dar aula sem possuir o Conselho Regional de Educação Física - CREF e que a escolha da arte marcial compete a entidade parceira, ou seja, o próprio parceiro quem vai determinar qual esporte, qual luta ele tem mais interesse. Após, passou-se ao item 9 (aprovação das diretrizes do Programa CEM - Campeonatos Escolares Municipais) e a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou o projeto que tem por finalidade promover a realização de competições interestaduais municipais visando a formação integral, participação, inclusão e desenvolvendo a amizade e a integração entre os alunos de diferentes escolas. Ressaltou que o referido projeto objetiva estimular as Prefeituras para que possam estar realizando essas competições interestaduais formando atletas e alunos. Ressaltou que o projeto CEM consiste em mais uma fase de estruturação do Sistema de Jogos Escolares Brasileiros, além de aumentar a base de praticantes de esportes nas escolas e combater ao sedentarismo. Após, a Secretária da ABCD, pediu a palavra e elogiou a gestão da Secretária da SNELIS, bem como da Secretária da SENIFE e ressaltou que, como profissional de educação física, fica estimulada e contente de realmente ter programas com essa organização e a possibilidade de desenvolvimento cada vez maior da área profissional de educação física. Nesse contexto, sugeriu que seja explícito, prioritariamente, programas que determinem que seja um profissional de educação física,

pois este tem um comprometimento maior com a ética. Após, o Sr. Humberto Aparecido Panzetti pediu a palavra e informou que dia primeiro de setembro, se homenageia o dia do profissional de educação física e parabenizou o esforço do Secretário Marcelo Magalhães e da Secretária Fabíola Molina na recondução da aprovação da lei geral do desporto, pois isso tem uma importância fantástica para a sociedade brasileira. Asseverou que não se fala em esporte sem atividade física, e não se fala em atividade física sem o profissional de educação física, em lugar nenhum no mundo. O Sr. André Barbosa Alves fez algumas considerações quanto à posição do governo, destacando que o intuito é ser um facilitador para que todas as áreas se comuniquem e entreguem da melhor maneira possível. A Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois questionou como seria a adesão dos municípios referente aos projetos apresentados, questionando se será por meio de edital, tendo a resposta do Sr. André Barbosa Alves no sentido de que estão normalizando tudo na Secretária Especial do Esporte, pretendendo colocar emendas parlamentares, bem como buscar outras soluções para que se possa ter cada vez mais recurso. Com a palavra, a Sra. Fabíola Pulga Molina deu continuidade na apresentação do Programa "CEM", pontuando que o público-alvo será crianças e jovens, dos 12 (doze) aos 17 (dezesete) anos de idade, incluindo crianças com deficiência. O Sr. Marcelo Reis Magalhães salientou quanto ao Programa "Delas", e que será preciso ter um olhar categoricamente para o profissional de educação física, que é necessário entender que o profissional de luta (artes marciais) faz uma coisa específica, e não é necessariamente um profissional de educação física. Assim, ressaltou que não podemos privar um excelente docente (da modalidade dele) só devido ao fato de não ser profissional de educação física. Precisamos ter um equilíbrio para não minar esses grandes expoentes das artes marciais. O Sr. Jorge Steinhilber ressaltou quanto aos mestres de artes marciais, que estão de pleno acordo e que se deva dar oportunidade para que eles possam ter continuidade social. A Sra. Fabíola Pulga Molina informou que irá colocar nas diretrizes do Programa "Dela", e trabalhar uma forma onde possa trazer esse cuidado relacionado à formação que os profissionais das artes marciais devem ter, citando, por exemplo, que é desejada a formação com experiência mínima de trabalho na área de determinada quantidade de anos. O Sr. Robson Lopes Aguiar agradeceu especialmente o Secretário Marcelo Reis Magalhães pela atenção e dedicação com o esporte de base. A Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois asseverou que o Programa "CEM", será um divisor de águas de grande importância para abordar a divisão de competições femininas e masculinas, gerando um avanço muito grande para a administração pública e colhendo muitos frutos. Fez algumas considerações quanto aos esportes praticados na região do Amapá. O Sr. André Barbosa Alves ponderou que o Programa é importante também para difundir o esporte escolar entre os Estados, objetivando integrar e difundir para os quatro cantos do Brasil. Iniciada a votação, as diretrizes do "CEM" foram aprovadas por unanimidade. No item 10 da pauta (relatório de aplicação de recursos do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, referente ao ano de 2021) o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes, saudou aos presentes e fez algumas considerações quanto ao relatório de aplicação de recursos do CBC, referente ao ano de 2021, apresentado dentro do prazo estabelecido. Destacou, brevemente, os programas e projetos de desenvolvimento e os projetos executados pela SNEAR, demonstrando que foram devidamente discriminadas, bem como os critérios de escolhas ou seleção de cada entidade beneficiada seguindo, portanto, o que preceitua a regulamentação em vigor, no que diz respeito aos itens obrigatórios que deveriam constar no relatório em apreço. O Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo o relatório de aplicação de recursos do CBC aprovado por unanimidade. O Sr. Arialdo Boscolo pediu a palavra e parabenizou a gestão do Secretário Especial do Esporte, Marcelo Reis Magalhães, salientou que tem feito um trabalho intenso em prol do esporte, ressaltando que tudo foi feito de maneira conjunta e informo, ainda, que muitas normativas, projetos e leis avançaram no país. O Sr. Marcelo Reis Magalhães agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. Arialdo e asseverou que sua gestão foi realmente para servir a todos, sendo um facilitador das ações esportivas no país. No item 11 da pauta (relatório de aplicação de recursos do Comitê Olímpico Brasileiro - COB, referente ao ano de 2021) o Sr. Thiago Brejeiro Froes ponderou que o relatório de aplicação de recursos do COB, referente ao ano de 2021, também foi apresentado dentro do prazo estabelecido, contendo documentos e planilhas que trouxeram dados gerais sobre a utilização de recursos. Concluiu que o COB apresentou transparência e isonomia na aplicação de recursos públicos entre suas entidades filiadas, atendendo de forma equânime o esporte brasileiro nas suas mais variáveis vertentes. Após a exposição, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo o relatório de aplicação de recursos do COB aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Sr. Rogério Sampaio Cardoso agradeceu a todos pela aprovação do relatório do COB, bem como agradeceu a Secretária Especial do Esporte e a SNEAR; salientou que, através do relatório de aplicação de recursos, o COB conseguiu comprovar à todas as entidades a boa aplicação do recurso. Agradeceu ao Secretário Marcelo Reis Magalhães e ao Secretário André Barbosa Alves pela maneira que conduzem o esporte entre as entidades, sempre trabalhando para que não aconteça uma sobreposição de tarefa ou de utilização de recursos nas mesmas atividades, destacando que este é um trabalho intenso e contínuo que deve permanecer, pois os resultados têm sido uma constante, demonstrando o mérito de todo o sistema, e não de uma pessoa. O Sr. Marcelo Reis Magalhães parabenizou o COB diante dos feitos realizados nas Olimpíadas em Tókyo, agradeceu as palavras, e ressaltou que deseja continuar com seu trabalho buscando sempre deixar o esporte mais justo e forte, bem como para que o esporte possa crescer ainda mais no Brasil. No item 12 da pauta (relatório de aplicação de recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB referente ao ano de 2021) o Secretário Nacional de Paradesporto, Sr. José Agtônio Guedes Dantas, saudou aos todos presentes e, brevemente, mencionou o lançamento pela primeira vez, no maior evento universitário da América Latina, de um stand de vivências paradesportivas, onde os participantes podem vivenciar/experimentar modalidades. Na sequência, salientou que o relatório do CPB foi encaminhado dentro dos prazos legais, destacando que foi feita toda uma análise pela equipe técnica da Secretária Nacional do Paradesporto. Exposto o relatório, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo o aprovado por unanimidade. Ademais, o Sr. André agradeceu ao Sr. Mizaal, pois foi um parceiro gigante da Secretária Especial do Esporte e do movimento paralímpico como um todo. O Sr. Nelson agradeceu o Secretário José Agtônio Guedes Dantas e toda sua equipe, assim como agradeceu o Secretário Marcelo Reis Magalhães por todo apoio e parceria. O Secretário José Agtônio Guedes Dantas pediu a palavra e asseverou que o dia 21 de setembro, é o dia nacional de luta da pessoa com deficiência, que tem todo envolvimento do Paradesporto dos esportes paralímpicos e destacou que devemos lembrar dessa data, principalmente, para os segmentos que defendem a luta do direito da pessoa com deficiência. Ponderou, ainda, que no dia 22 de setembro, comemora-se o dia do atleta paralímpico, parabenizando o Sr. Nelson e toda a equipe do CPB pelo trabalho que vem sendo feito com os atletas paralímpicos do Brasil. O Sr. Humberto Aparecido Panzetti parabenizou CBDU, CBDE, CBC e COB pelo excelente trabalho que estão realizando no país, pois essas entidades realmente mostram o quanto são importantes e quanto se investe com seriedade no esporte nacional. No item 13 da pauta (cooperação de ações de divulgação de publicidade) o Sr. André Barbosa Alves informou que trata-se de um tema que está sendo discutido internamente na Secretaria, e que possivelmente será encaminhado para todas as entidades, alguma sugestão de parceria para aprofundar a comunicação e divulgação de tudo o que acontece no país relacionado ao esporte, ressalvada a ideia de que haja uma interlocução de comunicação e divulgação entre as entidades esportivas e a Secretária Especial do Esporte. Superada a pauta, a palavra foi franqueada ao Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Ronaldo Lima dos Santos, que saudou todos presentes e agradeceu todo trabalho realizado pelo Sr. Thiago Brejeiro Froes durante os dois anos que esteve à frente da APFUT. Por fim, agradeceu o empenho de todos e fez algumas considerações quanto ao orgulho de ter realizado, juntamente a todos Secretários, tantas coisas boas para o esporte brasileiro, demonstrando que cada um deu o seu melhor. Após, foi franqueada a palavra ao Sr. Jorge que agradeceu a Secretária Especial do Esporte, pelos programas encaminhados e pelo desenvolvimento dos trabalhos. O Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves agradeceu a todos pelo trabalho em prol do Esporte. A reunião se encerrou por volta das onze horas e vinte minutos (11h20).

RONALDO VIEIRA BENTO
Presidente do Conselho

